



**UDIPSS
LISBOA**

UNIÃO DISTRITAL DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES
DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

Nº6 / JUNHO 2023



CONHEÇA A IPSS

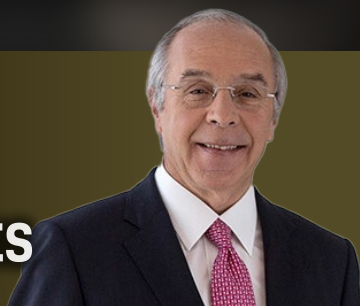
**ASSOCIAÇÃO
ELO SOCIAL**

ESTADO AUTARQUIAS COOPERAÇÃO

PENSAR PARA MUDAR

O DESAFIO SOCIAL

OPINIÃO DE LUÍS
MARQUES MENDES



O QUE DIZEM OS AUTARCAS
TRANSFERÊNCIA DE
COMPETÊNCIAS DA ÁREA SOCIAL



JOSÉ CARLOS BATALHA,
PRESIDENTE DA DIREÇÃO

PENSAR PARA MUDAR

A crise económica continua na atenção mediática. Já a crise social “tem dias”. É sobretudo falada quando há um caso negativo, quando são divulgados dados estatísticos ou numa data simbólica... Nos outros dias, é esquecida, preterida por uma qualquer novela político-partidária, pela guerra na Ucrânia ou outro tema polémico que, infelizmente, desviam a atenção de assuntos que dizem respeito ao setor social e solidário.

Lemos títulos como estes:

“IPSS sentem o peso do aumento de preços de bens essenciais”

“Vivemos numa crise social em permanência desde a pandemia”

“Em Portugal, até 2020, pelo menos 346 mil crianças subsistiam em risco de pobreza”

“Mais de 400 mil idosos vivem em risco de pobreza”.

Títulos que ilustram a realidade com que se confrontam as IPSS por esse País fora. Porque são as Instituições que conhecem as dificuldades das famílias, que ouvem os seus lamentos, que fazem tudo para que a creche, o ATL ou o lar continue a prestar os cuidados e a atenção devida e necessária ao utente.

Não estou a dizer que o Estado Social falha, o que defendo é que tem de fazer mais. Não chega comentar números da pobreza e do isolamento dos idosos, do impacto das taxas de juro ou apresentar estratégias com objetivos inspiradores, mas sem perspetivas de concretização.

Há dificuldades reais, diárias e dolorosas que estão a atingir fortemente cada vez mais famílias. E dificuldades nas IPSS que, sem aumento de participações, e esticando até onde podem os apoios extra do Governo e as mensalidades das famílias, resistem à crise, mantendo as portas abertas, com um abraço solidário e espírito de resiliência e coragem.

Porque não nos ouvem? E se ouvem, porque é que nada muda?

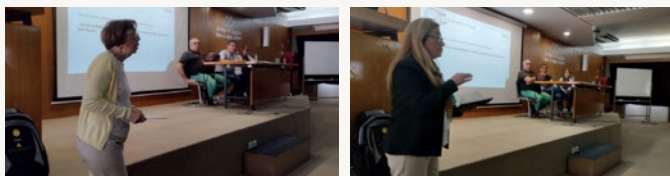
É preciso criar uma verdadeira onda de apoio à Economia Social!

É importante que personalidades diversas da sociedade digam o que pensam sobre este setor. Vozes que se fazem ouvir no espaço mediático.

Damos o pontapé de saída neste Boletim com um artigo de opinião assinado por Luís Marques Mendes, comentador político, que no seu habitual espaço televisivo tem, por diversas vezes, alertado para questões da área social.

Todos juntos podemos mudar mentalidades.

A UDIPSS Lisboa está a fazer a sua parte. ●●



ASSEMBLEIA GERAL

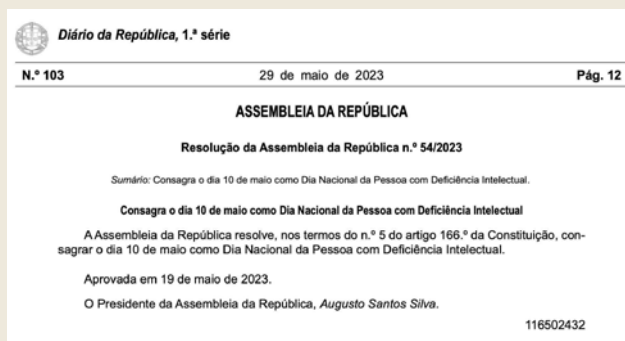
Decorreu no dia 3 de junho, a Assembleia Geral da UDIPSS Lisboa, para apreciação e votação do Relatório de Atividades e Contas de Gerência do exercício de 2022; e informações.

A reunião teve lugar na Associação Beneficência “Casas de São Vicente de Paulo”, em Lisboa. ●●

PARLAMENTO APROVOU O DIA NACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A proposta foi apresentada pela Humanitas - Federação Portuguesa para a Deficiência Mental - em forma de petição enviada à Assembleia da República, com mais de dez mil assinaturas.

O Dia Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual vai ser assinalado a 10 de maio. ●●



UDIPSS LISBOA PROMOVE ENCONTRO COM VEREADORA SOFIA ATHAYDE



A reunião com a Vereadora dos Direitos Humanos e Sociais da Câmara Municipal de Lisboa decorreu no dia 20 de Julho, e contou com a participação de cerca de 40 por cento das Instituições Particulares de Solidariedade Social do concelho (e associadas da UDIPSS Lisboa).

Os representantes da IPSS tiveram oportunidade de expor preocupações e fazer sugestões de melhorias para as políticas sociais da autarquia.

O encontro decorreu na Associação de Beneficência Casas de São Vicente de Paulo, em Lisboa, e durou cerca de duas horas.

Para o presidente da Direção da UDIPSS Lisboa, José Carlos Batalha, “é, sem dúvida, de saudar a disponibilidade da Câmara Municipal e da Vereadora dos Direitos

Sociais, para estar neste encontro, frente a frente com as Instituições”. E sublinha que “deve ser esta a atitude que as autarquias devem ter no relacionamento com a organização que representa as IPSS do distrito de Lisboa”. A UDIPSS assume “claramente o seu importante papel de fazer a ponte para este diálogo e continuaremos nesta linha”.

No encontro, Miguel Soares, diretor do departamento Direitos Sociais da CML, apresentou os apoios (financeiros e não financeiros) e as medidas criadas pela Câmara, para apoiar as Associações.

A UDIPSS Lisboa lançou um questionário prévio sobre esta iniciativa, cujas conclusões irão ser divulgadas às Associadas. ●●

CASCAIS

O QUE DIZEM OS AUTARCAS?

Três meses depois da transferência de competências do Estado Central para o Poder Local, na área social, continuamos a ouvir a opinião dos autarcas. Desta vez, Carlos Carreiras, presidente do município de Cascais.



PROMOVER O AVANÇO DE PORTUGAL É UM DESÍGNIO DE TODOS

Num cenário de governação extremamente adverso, com uma crise pandémica com impacto económico e social significativo, o Município de Cascais teve que se afirmar como um player local, com expressão a nível nacional, assumindo a saúde e a solidariedade social como ativos motores de transformação social, dando uma resposta concreta aos desafios atuais, dos quais se destacam a pobreza, o acesso à habitação, o envelhecimento das populações, a desesperança dos jovens, a participação cívica e a crise no sistema de proteção social.

Com efeito, implementou uma política, o Serviço Local de

Saúde e Solidariedade Social, SL3S, que tem por base uma abordagem global e integrada, assente num processo analítico, participativo e de planeamento estratégico que visa identificar as áreas prioritárias de intervenção, implementar medidas, definir recomendações que possam apoiar a tomada de decisão e, simultaneamente, que apele à responsabilidade multi e intersectorial, coletiva e individual promovendo o exercício fundamental de melhoria dos processos, de capacitação das pessoas, das organizações e entidades parceiras com interesse e responsabilidade partilhados e que promovam a efetividade e eficiência das políticas definidas.

A transferência de competências chega alinhada com esta visão estratégica, enquanto janela de oportunidade que vem agregar valor a este processo de transformação social já inicia-

do, constituindo-se como um meio para promover uma maior proximidade entre as decisões políticas e as necessidades reais das comunidades locais, enquanto solução transversal e modelo de gestão intersectorial, de carácter estrutural, integrada e complementar às já providas pela autarquia, assente na capacitação, diferenciação e inovação da intervenção, nas necessidades concretas e reais dos municípios, promotora de melhoria da qualidade de vida, da autonomia e da inclusão social, que simultaneamente reforça a sua literacia na área da saúde, da solidariedade social e da promoção dos direitos. Uma ação precoce, mais eficaz, efetiva e eficiente, centrada no cidadão e em contextos prioritários de atuação, com vista à redução das vulnerabilidades, das assimetrias e desigualdades sociais e facilitadora de equidade no acesso a recursos.

Neste contexto foram reforçadas equipas com intervenção multidisciplinar, implementando um modelo de intervenção apreciativo e colaborativo, e constituídos centros de atendimento integrado, um novo serviço que garante a prevenção e a reparação de situações de exclusão e de vulnerabilidade social, e uma maior equidade no acesso aos serviços de saúde e de proteção social, na ótica da promoção dos direitos. Este serviço presta apoio, orientação e acompanhamento aos municípios e às suas famílias no âmbito das respostas sociais existentes na comunidade, tais como: Saúde, Solidariedade Social, Habitação, Jurídico, Educação, Emprego e Prestações sociais e apoios pecuniários, nomeadamente junto dos vários atores sociais da Rede Social de Cascais, assente numa intervenção social, multinível e intersectorial, em resposta a problemas sociais complexos que afetam as comunidades.

Uma resposta que tem um carácter individualizado, mas que considera uma intervenção sistémica e colaborativa, fortalecendo as redes de suporte familiar e social, a qual permite uma maior adequabilidade à emergência dos novos desafios sociais, num claro compromisso com o exercício de uma cidadania plena e com o bem-estar social.

Este processo foi enriquecido por uma articulação estreita com o tecido social de Cascais, através da celebração de parcerias com instituições e organizações da sociedade civil que já atuam no campo da ação social e da saúde, de forma a potenciar os recursos existentes e evitar a duplicação de esforços, garantindo uma resposta eficiente e eficaz às necessidades das comunidades locais, promovendo e facilitando o

usufruto de direitos humanos.

O maior desafio prende-se com a definição dos critérios de transferência de competências. É importante que estes critérios sejam claros, transparentes e justos, de forma a garantir uma distribuição equitativa das responsabilidades entre o Estado Central e as autarquias. Caso contrário, pode haver uma sobrecarga de responsabilidades para as autarquias, o que pode comprometer a sua capacidade de resposta às necessidades sociais das comunidades locais.

Outro grande desafio é a concertação entre as intervenções em saúde e sociais, de modo que sejam determinantes na provisão e direito à proteção de todos os municípios, dinamizando formas mais eficientes de organização dos serviços e da participação individual e comunitária dos cidadãos, na

melhoria da sua própria qualidade de vida e no acesso equitativo às oportunidades, no quadro de um Estado Social Local, em Rede.

É importante termos presente que as famílias atravessam uma situação muito difícil. Tanto as IPSS como também as Juntas de Freguesias tem-nos feito chegar feedbacks muito preocupantes relativamente ao aumento da demora de respostas ou até na demora na validação de apoios de emergência tais como prestações pecuniárias (água e luz), medicação, integração/pagamento de hostels e de alojamentos de emergência.

É preocupante que a descentralização de competências na área social

não tenha ido mais além, nomeadamente no que diz respeito ao envolvimento da Câmara Municipal de Cascais, ator de proximidade e conhecedor da situação real de cada Instituição no estabelecimento dos acordos de cooperação com as Instituições Sociais do Concelho. É fundamental que haja um aditamento à descentralização já em vigor, na qual seja integrada a obrigatoriedade de os municípios darem um parecer relativamente à celebração de acordos de cooperação entre a Segurança Social e as IPSS do Concelho.

Promover o avanço de Portugal, combater as desigualdades, criar mais oportunidades para todos, não é tarefa para um só governo ou para um só partido. É um desígnio de todos. À esquerda ou à direita, nas empresas, no setor público e no associativismo, levar o nosso país para a frente é missão de todos.

Carlos Carreiras

Presidente Câmara Municipal de Cascais

“É fundamental que haja um aditamento à descentralização já em vigor, na qual seja integrada a obrigatoriedade de os municípios darem um parecer relativamente à celebração de acordos de cooperação entre a Segurança Social e as IPSS do Concelho”.

Na televisão, Luís Marques Mendes tem feito vários alertas sobre o setor social, as dificuldades das instituições e das famílias. Lançámos-lhe o desafio de escrever a sua opinião para este Boletim.

O DESAFIO SOCIAL

1. Vivemos um tempo de crise social séria. A inflação é o imposto escondido mais injusto de todos. Afeta de forma cruel os mais pobres e vulneráveis. Afeta-os na alimentação, na habitação e na energia. Afeta-os porque lhes tira rendimentos. Afeta-os porque lhes corta o poder de compra dos salários e das pensões. Afeta-os porque muitas vezes nem sequer garante aos mais fracos recursos indispensáveis para comprarem todos os medicamentos de que precisam.

Nesta crise social grave, o papel do Estado é indispensável. E tem existido. Não é qualquer favor que o Estado está a fazer à sociedade. Trata-se apenas de cumprir a sua missão. É, sobretudo, para estes momentos de pesadelo social que faz sentido um Estado interventor. Para garantir um mínimo de condições de vida aos cidadãos.

2. Há, todavia, uma outra questão essencial que normalmente se tende a desvalorizar: o papel insubstituível do setor social. Das Misericórdias, das IPSS, das cooperativas solidárias, das várias organizações sociais. O seu voluntariado é uma mais-valia nacional. O seu trabalho solidário é notável. A sua decisão altruísta é das experiências mais virtuosas que o país pode constatar.

Sem a energia desafiante do sector social, a crise social que vivemos seria ainda mais séria. O Estado, por si só, ficava a quilómetros de distância do necessário e do exigível. Sem o setor social, eram mais as famílias desprotegidas, eram mais os idosos em dificuldades, eram mais as crianças em estado de vulnerabilidade.

“Faz falta um sobressalto cívico”

3. Apesar deste exemplo notável – voluntariado, solidariedade, dedicação e carácter –, o Governo não cumpre a sua missão para com o setor social. No pré-escolar, nas creches, nos lares, nos cuidados continuados, o Governo está a falhar com os apoios e as participações financeiras. Para as IPSS aumenta tudo: o preço da alimentação e da energia e os encargos com os salários. Só não aumenta o apoio estatal. Às vezes, nem sequer as atualizações devidas por lei.

Faz falta um sobressalto cívico. Um choque de vida. Um alerta empenhado. Já o tenho feito, porque é essa, em consciência, a minha responsabilidade. Mas temos de ser mais a fazê-lo. Todos não somos de mais para fazer a homenagem que se impõe ao setor social: apoiando-o a sério na sua capacidade de intervenção. Não chega a capacidade retórica. Essa é apenas para eleitor ver. Do que precisamos não são palavras. São atos e decisões. Com amor, justiça e generosidade.



LUÍS MARQUES MENDES,
advogado, comentador político,
conselheiro de Estado.
Licenciado pela Faculdade de
Direito da Universidade de
Coimbra. Desempenhou cargos
políticos, no poder local, no
parlamento e no governo. Foi
deputado e presidente do PSD



ASSOCIAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO E APOIO AO DEFICIENTE MENTAL JOVEM E ADULTO

ELO SOCIAL – QUEM SOMOS, O QUE FAZEMOS E O QUE SONHAMOS

A ELO SOCIAL - Associação para a Integração e Apoio ao Deficiente Mental Jovem e Adulto é uma IPSS, sediada na Azinhaga do Casquilho nº 1, 1800-423 Lisboa, considerada Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, vocacionada para o apoio às pessoas com deficiência intelectual e multideficiência, nas vertentes ocupacional, residencial e de emprego, tendo como grande objetivo promover a integração, a inclusão social e a qualidade de vida de cada um dos seus utentes.

Foi fundada a 24 de Outubro de 1983 por um grupo de pais, para suprir as múltiplas carências de respostas específicas às necessidades da população com deficiência mental na idade jovem e adulta, que então sentiam.

A esses fundadores se agregaram outros pais e amigos que, comungando dos mesmos problemas e valores, abraçaram um projeto comum e, em conjunto com uma equipa de colaboradores dedicados e competentes, construíram ao longo destes 40 anos uma obra prestigiada e de mérito social indiscutível (reconhecida com a atribuição da Ordem de Mérito pela Presidência da República) assente nos **valores da dignidade da pessoa, igualdade, família como base de inclusão, apoio mútuo e solidariedade, ausência de fins lucrativos, transparência na gestão e na qualidade**, que têm sido postos ao serviço do cumprimento da sua missão de *“contribuir através dos seus serviços para que, cada pessoa com deficiência atendi-*

da na Elo Social e sua família possam desenvolver o seu próprio projeto de Qualidade de Vida”.

A Elo Social foi edificando faseadamente um conjunto de estruturas onde, atualmente, são dadas respostas sociais a

personas com deficiência de nível ligeiro, moderado, severo e profundo, em CACI - Centro de Atividades para a Capacitação e Inclusão e em Lar Residencial e onde também funciona um CEP - Centro de Emprego Protegido.



MARIA DE LURDES DOS SANTOS CARVALHO
PRESIDENTE DA DIREÇÃO DA ELO SOCIAL

CACI

Em CACI, a Elo Social dá resposta a 74 utentes com deficiência intelectual e multideficiência e tem subjacente nas suas práticas interventivas os princípios da capacidade, funcionalidade, interesse e necessidade da pessoa com deficiência, valorizando a autodeterminação e o empoderamento, ou seja, a pessoa é o centro da nossa intervenção.

Em termos conceptuais, o modelo interventivo promove o Bem-estar emocional, as Relações Interpessoais, o Bem-estar material, o Desenvolvimento Pessoal, o Bem-estar físico, a Autodeterminação, a Inclusão Social e os Direitos que são operacionalizadas em práticas e indicadores diferenciados e participados por todas as partes interessadas.

Os utentes que beneficiam desta resposta, desenvolvem num conjunto de atividades de natureza ocupacional, lúdica, e socialmente úteis com vista ao seu desenvolvimento, inte-

ELO SOCIAL - ASSOCIAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO E APOIO AO DEFICIENTE MENTAL JOVEM E ADULTO

gração e inclusão. Complementarmente, usufruem de apoios especializados nas áreas do Serviço Social, Psicologia, Educação Física, Ginástica/Desporto, Natação, Hipoterapia, Remo Adaptado, Fisioterapia, Animação Musical, Desenvolvimento Pessoal e Social, Estimulação e Relaxação (Snoozelen).



CACI - Vista dos edifícios

Lar Residencial

A Elo Social dispõe de 4 lares residenciais, 3 dos quais em moradias localizadas na sede e que dão resposta a 30 utentes e 1 numa moradia no exterior para 5 utentes.

Estando já concluída a construção do seu novo Lar Residencial Laços, a Elo Social dará a curto prazo resposta a mais 30 utentes.

CEP

O CEP da Elo Social mantém contrato efetivo com 26 trabalhadores em regime de emprego apoiado e 4 encarregados,



CEP - Lavandaria.JPG

prestando serviços à comunidade nas áreas da lavandaria, jardinagem, carpintaria e acompanhamento em transportes de pessoas com mobilidade reduzida.

É um dos poucos existentes no país e é motivo de orgulho, já que a Elo Social tem conseguido, com o apoio do IIEFP, manter ao longo de mais de 30 anos, esta estrutura em funcionamento e garantir os postos de trabalho referidos, 26 dos quais com deficiência intelectual, apesar de todas as dificuldades de concorrer em mercado aberto e, em particular, depois do choque económico-financeiro a que foi sujeito na fase da pandemia.

ERPI

O nosso desafio a médio prazo prende-se com um novo projeto para construção de uma ERPI que terá capacidade para 23 utentes, num terreno cedido (em direito de superfície) a favor da ELO SOCIAL, a imediação da sua sede. Com esta futura resposta fecharemos um ciclo inter-geracional e concretizaremos um sonho dos associados de terem um lar, junto do lar do seu filho/utente-representado, não se quebrando os laços familiares e emocionais tão importantes nesta fase das suas vidas.

40 ANOS

Para assinalar os 40 anos de vida da Elo Social, estamos a promover um conjunto de iniciativas que visam Celebrar o Passado, de que muito nos orgulhamos e Projetar o Futuro, prosseguindo o sonho inicial com ambição renovada.

EQUIPA E PARCEIROS

A equipa conta com 83 trabalhadores e 20 voluntários e com o empenho, participação e talento dos associados e utentes.

Promovemos e fomentamos uma participação ativa das famílias e cuidadores na vida Institucional da Elo Social, quer seja na definição do projeto de vida do utente, quer seja nas iniciativas e eventos organizados pela Instituição.

Os parceiros institucionais, empresariais e individuais são outro vetor promotor da dinâmica da Elo Social dos quais se destacam: ISS, IIEFP, CM Lisboa, BP Portugal, e J. Santos. ●●



Utentes e trabalhadores da Elo Social



PROJETO 'ADOTA UM AVÔ'

O presidente da UDIPSS Lisboa, José Carlos Batalha, marcou presença, na qualidade de presidente da mesa da Assembleia Geral da CNIS, na cerimónia de encerramento do projeto "Adota um Avô", que decorreu no Funchal, no dia 23 de junho.

Trata-se de um projeto desenvolvido pela União das Instituições Particulares de Solidariedade Social da Madeira (UIPSS-M), envolvendo 22 IPSS da região, em parceria com a Escola da APEL (Associação Promotora do Ensino Livre).

Iniciado em 2021, envolveu estudantes que desenvolveram atividades com idosos, como música, pintura, escultura, teatro, informática, culinária, entre outras. Participaram 198 idosos e cerca de 100 alunos da Escola da APEL.

José Carlos Batalha sublinha que "este é um exemplo claro de êxito de um projeto intergeracional". E defende que "a questão do envelhecimento deve ser vista ao nível local, construindo cidades que apostam na relação intergeracional. Não se podem definir linhas macro para o envelhecimento".

DEBATE SOBRE "CRISE ECONÓMICA E SOCIAL : O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES E SEUS DESAFIOS"

O debate promovido pela Associação NÓS, no dia 23 de junho, no Barreiro, contou com o representante da CNIS, João Bernardino, que integra o Conselho Fiscal da UDIPSS Lisboa.

A conversa foi moderada pelo jornalista Joaquim Franco.



126º ANIVERSÁRIO DO CENTRO DE PROMOÇÃO JUVENIL - CASA DA ESTRELA

No dia 15 de Maio, a Casa da Estrela festejou 126 anos de existência e de trabalho "a desenvolver a plena socialização de crianças e jovens identificados em perigo de exclusão social, promovendo a prática desportiva, usufruto ao ar livre, acesso à cultura, e participação em mecanismos de cidadania".

O Centro de Promoção Juvenil, situado em Lisboa, refere que "com a dedicação de mecenas e associados, apoio do Estado, empenhados trabalhadores e voluntários, tem sido possível, ao longo de 126 anos, integrar socialmente crianças e jovens com sérias dificuldades e, assim, contribuir para uma sociedade mais equilibrada".



NOVA ESTRUTURA RESIDENCIAL EM SANFINS

No dia 12 de maio, o presidente da UDIPSS Lisboa assistiu ao lançamento da primeira pedra da nova Estrutura Residencial para Pessoas Idosas com Doenças Neurodegenerativas, que vai ser construída em Sanfins, Valpaços. O projeto da Residência Sénior – Lar São Pedro, dirigida por Leonardo Batista (Presidente do Conselho Fiscal da FITI – Federação das Instituições da Terceira Idade), é considerado pioneiro no país e “foi inspirado nas villages holandesas de forma a permitir que estes utentes usufruam do máximo da sua autonomia, com a supervisão mais especializada”. A cerimónia contou com a presença da Secretária de Estado para a Inclusão, Ana Sofia Antunes, que também fez a entrega de certificados referentes à formação COVID-19 aos colaboradores da Instituição.



44º ANIVERSÁRIO DO IPPI

A UDIPSS Lisboa marcou presença na cerimónia de lançamento da primeira pedra para a ampliação e construção do edifício sede do IPPI (Instituto Português de Pedagogia Infantil), para aumentar a capacidade da creche. Foi uma cerimónia interessante, onde foi mostrado o histórico do IPPI e realçada a importância das IPSS na integração social e desenvolvimento de uma sociedade equilibrada. O evento aconteceu em dia de aniversário da instituição, a 23 de maio.



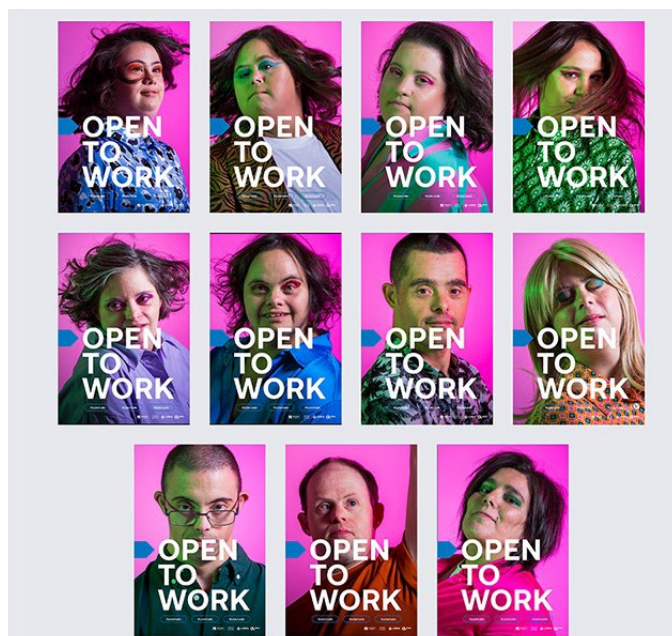


CONFERÊNCIA OPEN TO WORK

Debater a empregabilidade das pessoas com deficiência intelectual e dar a conhecer exemplos de boas práticas foram os objetivos da Conferência que a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Lisboa organizou, no dia 20 de abril, no ISCTE.

A Secretária de Estado para a Inclusão, Ana Sofia Antunes, esteve na sessão de abertura, ao lado da vereadora para os Direitos Humanos e Sociais da Câmara Municipal de Lisboa, Sofia Athayde, da presidente da Humanitas – Federação Portuguesa para a Deficiência Mental, Helena Albuquerque, e da presidente da Casa Pia de Lisboa, Fátima Matos, além do presidente da direção da APPACDM Lisboa, Mário Matos.

O encontro juntou autarquias, empresas, IIEP, Instituto Nacional para a Reabilitação, entre outras entidades, procurando apresentar diferentes abordagens para a questão da inclusão laboral de pessoas com deficiência.



A Conferência foi antecedida por uma Campanha nos MUPIS da cidade de Lisboa, com fotos de 11 utentes da APPACDM Lisboa. "OPEN TO WORK" significa que estão disponíveis para ter um emprego.

CENTRO PARA A ECONOMIA E INOVAÇÃO SOCIAL

Fica na Guarda, é o primeiro centro protocolar de formação profissional para o sector da economia social, foi lançado pelos governos de Portugal e Espanha, no dia 14 de abril.

O CEIS – Centro para a Economia e Inovação Social - funciona no edifício da Segurança Social, na Guarda.

A Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, afirmou, na cerimónia, que «a Economia Social passa hoje a ter um instrumento poderoso de união e de transformação dedicado às competências», num ano «em que a Europa está a comemorar as qualificações de todos os trabalhadores».





@FOTO: FACEBOOK A VOZ DO OPERÁRIO

140 ANOS DE “A VOZ DO OPERÁRIO”

No dia 20 de maio, milhares de pessoas juntaram-se na Festa da Rua, para celebrar o 140.º aniversário de A Voz do Operário.

O programa do evento incluiu música, atividades artísticas e desportivas, jogos e espaço de piquenique.

As comemorações começaram a 13 de fevereiro, a data do aniversário da Instituição, e vão prolongar-se durante todo o ano.



CICLO DE PARTILHA - PROJETO UP SÉNIOR

A iniciativa da Associação Inválidos do Comércio decorreu no dia 13 de abril, com a Professora Doutora Carla Ribeirinho, e contou com cerca de 40 participantes.

A equipa técnica da instituição juntou-se com profissionais de outras instituições/entidades, para partilhar experiências e conhecimento, com o objetivo de melhorar os métodos de trabalho.



ARRAIAL NA CASA DA RITA



No dia 6 de maio, houve festa na Casa da Rita (Crevide - Creche Popular de Moscavide). O arraial juntou, de novo, os utentes, famílias e amigos numa tarde muito bem passada!



© FOTOS: APP. EDIÇÃO 2022

PRÉMIO ENVELHECIMENTO ACTIVO DRA. MARIA RAQUEL RIBEIRO



Já está a decorrer o período de candidaturas à Categoria “Família e Comunidade”, para o Prémio atribuído pela Associação Portuguesa de Psicogerontologia. Este prémio distingue personalidades com mais de 80 anos, que continuam a manter uma atividade profissional, sendo um exemplo de envelhecimento ativo.

As candidaturas podem ser apresentadas até 28 de julho. A Cerimónia de entrega do Prémio será realizada, como é habitual, no início de Outubro, para assinalar o Dia Internacional do Idoso, que se celebra a 1 de Outubro.



FESTA DA FAMÍLIA E MOSTRA SOCIAL



Com organização de Os Amigos de Sempre – Pólo Comunitário, a Festa aconteceu nos dias 19 e 20 de maio, na Bobadela.

AGENDA

JULHO**Dia 20**

Reunião das IPSS do distrito de Lisboa com a Vereadora dos Direitos Humanos e Sociais da autarquia, Sofia Athayde. O encontro realiza-se a pedido da UDIPSS Lisboa.

Dia 26

Dia Mundial dos Avós

A data foi instituída pela Assembleia da República em 2003.

Foi Ana Elisa Couto (1926-2007), conhecida como Dona Aninhas, que reivindicou a instituição de uma data que valorizasse a figura dos avós.

A data de 26 de julho foi escolhida por ser o Dia de Santa Ana e São Joaquim, pais de Maria e avós de Jesus Cristo.

AGOSTO**De 1 a 6**

Decorre a Jornada Mundial da Juventude, em Lisboa, com a presença do Papa



Francisco. Muitas IPSS estão a colaborar no evento, no acolhimento de peregrinos e trabalho de voluntários.



© FOTOS: JOÃO SERRA DE ALMEIDA / APECI

ESPETÁCULO DE TEATRO “A(MAR)”

O espetáculo foi apresentado ao público, no dia 21 de maio, através de uma parceria entre a APECI- Associação para a Educação de Crianças Inadaptadas, a AREPO - Ópera e Artes Contemporâneas e o Teatro-Cine de Torres Vedras.



1^o DE MAIO DIA DO TRABALHADOR



1 DE MAIO - DIA DO TRABALHADOR

Nesta data, em que se comemora o direito ao trabalho e a importância dos trabalhadores, associamo-nos para sublinhar a importância dos recursos humanos do Setor Social Solidário. São milhares de pessoas, com diferentes tarefas, que trabalham dia e noite, todos os dias, a cuidar dos mais vulneráveis, a proteger crianças e jovens, mulheres vítimas de violência doméstica, refugiados, a acompanhar idosos, pessoas com deficiência e todos os que estão na alçada das instituições sociais.

Trabalham na “sombra”. São incógnitos na sociedade, mas reconhecidos nas instituições, pelos utentes e famílias.

A valorização de competências (formação) e dos salários é urgente. Mas não pode ser feita à conta da já frágil sustentabilidade financeira das IPSS.

Há responsabilidades repartidas. Que cada um e cada entidade saiba dar o seu melhor, para que o serviço que é prestado à sociedade seja feito com prestígio e profissionalismo.


Feliz Dia do Trabalhador!


José Carlos Batalha
Presidente da Direção



UNIÃO DISTRITAL DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES
DE SOLIDARIEDADE SOCIAL


 Rua Amílcar Cabral, nº7, r/c - D, 1750-018 Lumiar, Lisboa

 21 758 1024 (chamada para a rede fixa nacional)


 secretariado@udipss-lisboa.pt

Envie notícias e sugestões para o email: udipss.lisboa.comunicacao@gmail.com

O Boletim da UDIPSS está disponível no site www.udipss-lisboa.pt

 www.udipss-lisboa.pt

 <https://www.facebook.com/UDIPSS.Lisboa.oficial>

 https://www.instagram.com/udipss_lisboa_oficial/